

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Divisão de Licitações e Contratos

Carta n.º 10/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília-DF, 21 de janeiro de 2022

Aos

Licitantes

Ref.: RDCI nº 001/2021 – DECOMP/DA**Obj.: Elaboração de Estudos Técnicos, Elaboração de Projetos Básicos e Executivos, Execução das Obras de readequação e Manual de Operação, Uso e Manutenção da rodovia DF-011, denominada Estrada Parque Indústrias Gráficas - EPIG, incluindo implantação de faixa exclusiva para ônibus no sistema BRT (Bus Rapid Transit), viadutos, estações BRT, passagens para pedestres, infraestrutura e demais serviços e operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.****Processo nº 00110-00002590/2020-83.**

Prezados(as) Senhores(as),

Comunicamos aos interessados na licitação em tela, que o **CONSÓRCIO BRT EPIG, composto pelas empresas KPE PERFORMANCE EM ENGENHARIA S.A e ETERC ENGENHARIA LTDA**, apresentaram recurso administrativo - (78017684), tempestivamente, quanto ao julgamento do certame.

Em razão do Recurso ora apresentado, abre-se o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para apresentação de eventuais contrarrazões.

Informamos que a documentação encontra-se à disposição dos interessados no portal da NOVACAP (www.novacap.df.gov.br); no licitações-e do Banco do Brasil, (www.licitacoes-e.com.br) e ainda, na Divisão de Licitações e Contratos – DILIC/DECOMP/DA - NOVACAP, localizada no Setor de Áreas Públicas, Lote “B”, Bloco “A” em Brasília - DF.

Para mais informações, gentileza entrar em contato pelo telefone (0xx61) 3403-2321 ou 3403-2322.

Atenciosamente,

Ladércio Brito Santos Filho

Chefe do DECOMP/DA.

NOVACAP



Documento assinado eletronicamente por **LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO - Matr.0973557-7, Chefe do Departamento de Compras**, em 21/01/2022, às 10:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **78381270** código CRC= **4330B012**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF

00110-00002590/2020-83

Doc. SEI/GDF 78381270

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP.

Departamento de Compras – DECOMP/DA

Ref.:

RDCi 01/2021

Processo 00110-00002590/2020-83

ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS, ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS, EXECUÇÃO DAS OBRAS DE READEQUAÇÃO E MANUAL DE OPERAÇÃO, USO E MANUTENÇÃO DA RODOVIA DF-011, DENOMINADA ESTRADA PARQUE INDÚSTRIAS GRÁFICAS - EPIG, INCLUINDO IMPLANTAÇÃO DE FAIXA EXCLUSIVA PARA ÔNIBUS NO SISTEMA BRT (BUS RAPID TRANSIT), VIADUTOS, ESTAÇÕES BRT, PASSAGENS PARA PEDESTRES, INFRAESTRUTURA E DEMAIS SERVIÇOS E OPERAÇÕES NECESSÁRIAS E SUFICIENTES PARA A ENTREGA FINAL DO OBJETO, CONFORME CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NO ANTEPROJETO (ANEXO II) E DEMAIS DOCUMENTOS ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA.

RECURSO ADMINISTRATIVO

O **Consórcio BRT EPIG**, composto pelas empresas **KPE PERFORMANCE EM ENGENHARIA S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 38.316.316/0001-60, estabelecido na Rua Paes Leme, nº 524, 12º andar, conjunto 123, CEP 05.424-904, Pinheiros, São Paulo, SP, e **ETERC ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, , inscrita no CNPJ sob o nº 03.987.285/0001-94, com sede no ST SCIA quadra 8, conjunto 8, lote 10, Brasília, DF, CEP 71.250-710 vem, através de sua representante, à douta presença de Vossa Senhoria, nos termos do item 13 do Edital do RDC Eletrônico Contratação Integrada n.º 001/2021 – DECOMP/DA e com fulcro no artigo 109, inciso I, alínea “b”, da Lei 8.666/93, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face do resultado do julgamento das propostas do Regime Diferenciado de Contratação Integrada n.º 001/2021 – DECOMP/DA, aduzindo para tanto as razões a seguir expostas:

1. DA TEMPESTIVIDADE

A Comissão Permanente de Licitação informou no dia 6 (seis) de janeiro de 2022, através de publicação do Diário Oficial, o aviso de declaração do vencedor, pelo qual; manifestado a intenção de interpor recurso, fica aberto o prazo recursal de 5 (cinco) dias uteis, contados a partir do primeiro dia útil após a publicação, sendo assim é tempestiva a apresentação do recurso até 13 de janeiro de 2022.

2. DOS FATOS E DO DIREITO

2.1. DO NÃO ATENDIMENTO AO ITEM 8.7 DO EDITAL

O Consórcio MC, composto pelas empresas Construtora Marquise S/A e COMSA S/A, em 13/12/2021 encaminhou proposta e documentação para a Comissão de Licitação, que após análise, publicizou o

vencedor por meio de aviso de declaração de vencedor no DODF, o qual foi publicado em 06/01/2022, vejamos:

**COMPANHIA URBANIZADORA
DA NOVA CAPITAL DO BRASIL**
**DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS**

AVISO DE DECLARAÇÃO DE VENCEDOR

Comunicamos aos interessados no RDC ELETRÔNICO CONTRATAÇÃO INTEGRADA nº 001/2021 – DECOMP/DA processo 00110-00002590/2020-83 que, após verificada a aceitabilidade da proposta de preços e documentação, na forma do Instrumento Convocatório, fica declarada vencedora do certame o CONSÓRCIO MC – composto pelas empresas CONSTRUTORA MARQUISE S/A – CNPJ 07.950.702/0001-85 e COMSA S/A DO BRASIL – CNPJ 13.134.415/0001-08, com o desconto de 2,03% e valor total de R\$ 156.984.572,80. O licitante, que desejar apresentar recurso, deverá manifestar a intenção no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a data da presente publicação, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema “licitações-e” do Banco do Brasil S/A. Manifestada a intenção de recurso fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a publicação. Contatos: (061) 3403-2321 ou (061) 3403- 2322 e e-mail: dilic@novacap.df.gov.br.

Brasília/DF, 05 de janeiro de 2022
LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO
Chefe

Apesar de ter sido considerado vencedor, tem que o Consórcio MC deixou de indicar a entidade a ser contratada compulsoriamente, o que demonstra descumprimento ao determinado no item 8.7.1 do edital, o qual preconiza o seguinte:

8.7.1 as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas **deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas**, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;


Uma vez descumprido o edital, não há o que se falar em ser o Consórcio MC o vencedor do certame, cabendo a revisão do aviso de declaração de vencedor, conforme razões que serão aqui apresentadas.

Vejamos!

Ao deixar de cumprir a determinação do edital, o Consórcio MC acabou indo contra a sua declaração de concordância com os termos do edital apresentada nos autos, o qual afirma categoricamente que *está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos*, vejamos:

CONSÓRCIO MC		
<u>DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS DO EDITAL</u>		
Ref.: RDC ELETRÔNICO CONTRATAÇÃO INTEGRADA Nº 001/2021 – DECOMP/DA Processo Administrativo nº 00110-00002590/2020-83		
<p>O CONSÓRCIO MC, formado pelas empresas CONSTRUTORA MARQUISE S/A empresa de engenharia com sede na Av. Pontes Vieira, 1838, Bairro Dionísio Torres, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ nº 07.950.702/0001-85 e COMSA S.A DO BRASIL, empresa de engenharia com sede na Rua Geraldo Flausino Gomes, 78, Conjunto 43 e 44, Cidade Monções, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ nº 13.134.415/0001-08, por intermédio de seu representante legal, Sr. RENAN VALE DE CARVALHO, brasileiro, casado, eng.º Civil, RG nº 95002579223/SSP/CE e CPF nº 242.203.703-82, DECLARA, sob as penas da lei, de que:</p> <p>➤ Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;</p>		

Desse modo, concordando com o edital e deixando de impugná-lo, o mesmo foi aprovado pelo TCDF por meio da Decisão 3756/2021, o qual determinou a continuidade do certame que havia sido suspenso anteriormente pela Novacap em 16/07/2021, vejamos:

	<p>TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL</p> <p>SECRETARIA DAS SESSÕES</p> <p>Sessão Ordinária Nº 5272, de 29/09/2021</p>	<p>TCDF/Secretaria das Sessões</p> <p>Folha:.....</p> <p>Processo: 00600-00005541/2021-99-e</p> <p>Rubrica:.....</p>
	<p>PROCESSO Nº <u>00600-00005541/2021-99-e</u></p> <p>RELATOR : CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA</p> <p>EMENTA : Contratação Integrada nº 001/2021 - DECOMP/DA, lançado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap e pela Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SO/DF, visando contratar empresa(s) ou consórcio, para elaborar estudos técnicos, projetos básicos e executivos, executar obras de readequação e manual de operação, uso e manutenção da Rodovia DF-011, denominada Estrada Parque Indústrias Gráficas - EPIG.</p> <p>DECISÃO Nº 3756/2021</p> <p>O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos Ofícios nºs 1441/2021-NOVACAP/PRES (peça 23), 2186/2021 - SODF/GAB/ASSESP (peça 22) e dos documentos anexos, encaminhados em atendimento ao Despacho Singular nº 224/2021 - GCM (peça 09), referendado pela Decisão nº 2731/21 (peça 18); II - considerar satisfatoriamente atendidas as determinações contidas na citada decisão monocrática, exceto a do item II, "d", tendo em vista a não identificação de documentos de responsabilidade técnica pelos orçamentos onerado e desonerado; III - autorizar: a) a continuidade do certame, condicionada ao saneamento da falha identificada no item II retro; b) o retorno dos autos à SESPE, para arquivamento, após verificação da ocorrência apontada no item II retro, sem prejuízo de futuras averiguações. Vencido o Conselheiro RENATO RAINHA, que votou pelo acolhimento da Informação nº 230/2021-DIFLI (e-DOC <u>58247388-e</u>, peça 29), no que foi acompanhado pelo Conselheiro PAIVA MARTINS.</p> <p>Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro PAULO TADEU. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCD, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente a Conselheira ANILCEIA MACHADO.</p> <p>SALA DAS SESSÕES, 29 de Setembro de 2021</p>	

Dado continuidade ao certame, cabe o cumprimento do edital em sua integralidade, o que não foi realizado pelo Consórcio MC.

O Edital em seu item 8.7 indica que o artigo 9º do Decreto Distrital n.º 35.592/2014 deve ser atendido em sua integralidade, vejamos:

CAPÍTULO V

DA SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA

Art. 9º O instrumento convocatório poderá estabelecer a exigência de subcontratação compulsória de entidades preferenciais até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do objeto.

§ 1º O limite percentual indicado neste artigo não impede a fixação de outro limite para subcontratação geral.

§ 2º **Na fase de habilitação, o licitante indicará as entidades que subcontratará, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores.**

§ 3º O contratado ficará responsável por verificar a habilitação das subcontratações que realizar, sem prejuízo da fiscalização sob

responsabilidade do órgão contratante, e será responsável pelo adimplemento integral do contrato.

§ 4º Assinado o contrato, serão emitidas as notas de empenho em favor do contratado e, no caso das entidades preferenciais, empenho direto em favor das subcontratadas.

§ 5º No pagamento de cada etapa ou parcela, será verificada a regularidade com a seguridade social e o cumprimento das obrigações trabalhistas da contratada e da subcontratada em relação ao efetivo de pessoal que contratar.

§ 6º No caso das entidades preferenciais subcontratadas, será concedido, se necessário, o direito de saneamento.

§ 7º A empresa contratada deverá substituir a subcontratada, na parcela referente à subcontratação compulsória, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, salvo se demonstrar a inviabilidade da substituição.

§ 8º A extinção da subcontratação a que se refere o parágrafo anterior deverá ser justificada e comunicada à Administração no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 9º A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação, podendo recomendar ao órgão contratante, justificadamente, suspensão ou glosa de pagamentos.

§ 10 Não se aplica a exigência de subcontratação compulsória quando o licitante for entidade preferencial.

§ 11 Não se aplicará a subcontratação compulsória:

I – para o fornecimento de bens;

II – quando for inviável, sob o aspecto técnico; e,

III – quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, de forma devidamente justificada. (grifo nosso)

Isto é, a indicação da entidade preferencial deve ser realizada durante a FASE DE HABILITAÇÃO.

Dessa forma, tendo o Consórcio MC emitido declaração quanto a ciência dos termos da licitação, conseqüentemente, caberia a ele estar a par das leis e decretos referenciados no edital.

Em caso similar, o TCDF foi enfático quando da prolação do Despacho Singular 735/2021-GCIM, vejamos:

Ou seja, ainda que o item 3.4 do edital da Concorrência nº 002/2021 não faça qualquer menção a eventual declaração em que a *“licitante indicará as entidades que subcontratará, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores”*, fato é que a Lei Distrital nº 4.611/2011 e o Decreto Distrital nº 35.592/2014 (mencionados nos subitens 8.8.11 e 8.8.12 do edital) determinam que tal indicação ocorra na fase de habilitação.

O desconhecimento da lei por parte do licitante não o exime de observá-la. Na verdade, a inobservância de dispositivo legal (e que, inclusive, foi mencionado explicitamente no edital) requer a inabilitação da empresa, conforme adequadamente efetuado pelo DER/DF.

O TCDF manteve a inabilitação da empresa TRIER ENGENHARIA S/A na Concorrência 002/2021 – DER/DF por não ter a mesma indicado a entidade a ser contratada compulsoriamente nos documentos de habilitação:

Ainda que o edital não tenha sido totalmente claro sobre o momento em que a licitante *“deverá indicar a(s) entidade(s) preferencial(ais) (...) que subcontratará”*, a leitura atenta dos subitens 8.8.11 e 8.8.12 permite concluir que tal indicação decorre dos arts. 47 e 48, inciso II da Lei Complementar Federal nº 123/2006 c/c art. 27 da Lei Distrital nº 4.611/2011 e art. 9º do Decreto Distrital nº 35.592/2014.

Assevero que tanto o art. 27 da Lei Distrital nº 4.611/2011 como o art. 9º do Decreto Distrital nº 35.592/2014 possuem a mesma redação e definem claramente o momento em que o licitante deverá indicar as entidades preferenciais que subcontratará, conforme reproduzido a seguir:

“Art. 9º O instrumento convocatório poderá estabelecer a exigência de subcontratação compulsória de entidades preferenciais até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do objeto.

§ 1º O limite percentual indicado neste artigo não impede a fixação de outro limite para subcontratação geral.

§ 2º Na fase de habilitação, o licitante indicará as entidades que subcontratará, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores.” (grifei)

Ou seja, ainda que o item 3.4 do edital da Concorrência nº 002/2021 não faça qualquer menção a eventual declaração em que a *“licitante indicará as entidades que subcontratará, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores”*, fato é que a Lei Distrital nº 4.611/2011 e o Decreto Distrital nº 35.592/2014 (mencionados nos subitens 8.8.11 e 8.8.12 do edital) determinam que tal indicação ocorra na fase de habilitação.

O desconhecimento da lei por parte do licitante não o exime de observá-la. Na verdade, a inobservância de dispositivo legal (e que, inclusive, foi mencionado explicitamente no edital) requer a inabilitação da empresa, conforme adequadamente efetuado pelo DER/DF.

Nesse sentido, com as devidas vênias aos posicionamentos contrários, entendo que os esclarecimentos prestados pelo DER/DF acerca desse tópico merecem prosperar, fazendo com que a exordial seja considerada **improcedente** no que tange ao subitem 8.8.12.

Apenas a título informativo, registro que em outra licitação do DER/DF (Concorrência n.º 06/2021⁴⁰) a empresa TRIER Engenharia S/A também foi inabilitada *“pelo descumprimento ao item 8.8.12 do Edital”* (e apenas por aquele

⁴⁰ AVISO DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 06/2021

Tornamos público, o resultado da Fase de Habilitação da Concorrência supracitada. A Comissão Julgadora Permanente declara inabilitadas as empresas: TRIER ENGENHARIA S/A, TECCON S/A - CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO, pelo descumprimento ao item 8.8.12 do Edital, TVA CONSTRUÇÃO EIRELI, pelo descumprimento aos itens 3.4.3.5.2, 3.4.3.5.3 e 3.4.3.5.4 do Edital, e a empresa BASEVI CONSTRUÇÃO LTDA pelo descumprimento ao 4.4.4 do Edital, e habilitadas as empresas: NG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, EB INFRA CONSTRUÇÕES LTDA, HL TERRAPLENAGEM EIRELI e COSTA BRAVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Fica marcada para o dia 07/10/2021, às 10:00 horas a abertura da proposta de preços, caso não seja interposto recurso. Brasília/DF, 24 de setembro de 2021 PAULO ROBERT SANTOS MACHADO Presidente da Comissão
(Fonte: https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=202109_Setembro/DODF%20182%2027-09-2021&arquivo=DODF%20182%2027-09-2021%20INTEGRA.pdf)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

00009596/2021-e

motivo), não tendo, porém, se irredimido contra a decisão da comissão julgadora daquele certame, o que indica, a meu ver, certa concordância da licitante com sua desclassificação.

Nada obstante a improcedência da exordial acerca dessa questão, mas tendo em conta o caráter pedagógico desta Corte de Contas e buscando evitar dúvidas na interpretação de editais futuros que sejam deflagrados pelo DER/DF, tenho por prudente e necessário determinar à jurisdicionada que, **doravante**, explicitar em seus certames licitatórios o momento e a forma em que as empresas licitantes deverão indicar a(s) entidade(s) preferencial(ais) a serem subcontratadas, em atendimento ao disposto nos arts. 47 e 48, inciso II, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 c/c art. 27 da Lei Distrital n.º 4.611/2011 e art. 9º do Decreto Distrital n.º 35.592/2014, fazendo constar do item "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" todos os documentos que serão considerados para fins de habilitação.

Assim, ainda que a exordial seja, no mérito, parcialmente procedente, a inabilitação da Empresa TRIER Engenharia S/A (agora, apenas em razão da inobservância do disposto no subitem 8.8.12) permanece adequada.

Em razão disso, cabe **revogar** a medida cautelar mitigada constante do item II do Despacho Singular n.º 656/2021 – GCIM, referendado pela Decisão n.º 3.759/2021, autorizando a retomada da Concorrência n.º 002/2021 – DER/DF na fase em que se encontra.

Por fim, não havendo novas medidas a serem adotadas por esta Corte de Contas nestes autos, cabe autorizar o retorno do feito à Segem/TCDF, para fins de **arquivamento**.

Ante o exposto, com amparo no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994 c/c o art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993, em harmonia parcial com a unidade instrutiva, **DECIDO** por:

- I. tomar conhecimento:
 - a) da manifestação do Consórcio Viaduto do Riacho (e-DOC 603F8A4C-c);
 - b) do Ofício n.º 248/2021 - DER-DF/DG/ASSESP (e-DOC E2F53219-c), que encaminhou as considerações da Comissão Julgadora Permanente acerca das questões levantadas na exordial (e-DOC 8CCEB010-c);
 - c) da Informação n.º 103/2021 – DIGEM2 (e-DOC 69E423E4-e);
 - d) dos demais documentos juntados aos autos (peças 27/46 e 48);
- II. considerar a Representação da Empresa TRIER Engenharia S/A (e-DOC CEEB5A7D-c), no mérito:
 - a) procedente no que tange à inabilitação da empresa TRIER Engenharia S/A da Concorrência n.º 002/2021 – DER/DF por suposta inobservância do subitem 8 do item 3.4.3.5 (comprovação do serviço "estaca hélice contínua");
 - b) improcedente com relação ao subitem 8.8.12 (indicação de entidade preferencial para subcontratação);

Nesse mesmo sentido, se encontra o TCU, vejamos:

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TCU - Plenário

Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

ACÓRDÃO Nº 4527/2020 - TCU - Plenário

(...)

Considerando que, no que tange ao segundo ponto aduzido na representação, a conclusão da referida unidade instrutiva é de que "23 (...) a exigência editalícia está em estrita consonância com o disposto no art. 27, da Lei Distrital 4.611/2011, reproduzido no art. 9º, do Decreto 35.592/2014, seja em relação aos limites de subcontratação compulsória, seja em relação às informações que deverão ser apresentadas na fase de habilitação das propostas (...)", destacando, ainda, que "24. (...) o edital não apenas está em consonância com a legislação distrital vigente como também se verifica que a inclusão da descrição dos serviços de subcontratação compulsória e seus respectivos valores nos documentos de habilitação das licitantes não representa violação ao sigilo das propostas.", conforme as análises ali registradas.

No acórdão supra o Tribunal concluiu que a exigência da indicação da entidade preferencial está em estrita consonância com o decreto 35.592/2014 inclusive ***“em relação às informações que deverão ser apresentadas na fase de habilitação das propostas”*** e que ***“não representa violação do sigilo de proposta”***, mostrando a correteza da decisão da Comissão em inabilitar a Recorrente.

Na mesma concorrência 003/2020 DECOMP/DA da NOVACAP em que o TCU emitiu o Acórdão 4527/2020 foi elaborado um parecer pela área jurídica da NOVACAP onde a “Declaração de Subcontratação Compulsória” foi considerada condição *sine qua non* à habilitação, vejamos:

Cabe ressaltar que toda e qualquer resposta a pedidos de esclarecimentos, fazem parte da regra da licitação, assim como o próprio edital, e servem para evitar a necessidade de se discutir administrativa ou judicialmente qual o entendimento mais ajustado para o tema. Assim, a resposta objetiva dada ao questionamento é considerada como regra e parte integrante do edital.

Conforme divulgado e exigido no instrumento convocatório, a apresentação da Declaração de Subcontratação Compulsória faz parte da habilitação e dos documentos necessários à aptidão das licitantes participantes.

Nessa esteira, podemos registrar que a vinculação ao instrumento convocatório visa assegurar a todos os licitantes os seus direitos e deveres. Cabe relembrar a redação do art. 41 da Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre a obrigatoriedade de serem cumpridas normas e condições do Edital, ao que se acha estritamente vinculado – princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Logo, destacamos que não há espaços para arbitrariedade ou escolhas por regras não estabelecidas no edital e seus anexos.

No mesmo sentido, deve a Administração buscar a proposta mais vantajosa dentro das regras do edital e sem julgamentos subjetivos.

A interpretação de tal dispositivo é pacificada pelas cortes, conforme importantes julgados do STJ que em parte sustentam:

“a Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.” (Lei nº 8.666/93, art. 41) (RESP nº 797.179/MT, 1ªT, rel. Min. Denise Arruda, j. em 19.10.2006, DJ de 07/11/2006)

Sendo lei entre as partes, o edital com seus termos atrelam tanto a Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto às concorrentes – sabedoras do inteiro teor do certame.


Em regra, depois de publicado o edital, não deve a Administração promover alterações até findo o certame, proibindo-se a existência de cláusulas *ad hoc*, salvo pelo interesse público manifestamente comprovado. Tal medida trata de garantia à moralidade e impessoalidade administrativa, bem como ao primado da segurança jurídica.

Assim, tanto a Administração quanto os licitantes ficam adstritos ao que lhes é solicitado ou permitido no edital quanto ao procedimento, à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Portanto, todos os atos decorrentes do procedimento licitatório, por óbvio, vinculam-se ao Edital.

Nesse diapasão, a apresentação de “Declaração de Subcontratação Compulsória” deverá ser considerada como condição *sine qua non* à habilitação, haja vista a determinação contida no § 2º, art. 9º, do Decreto Distrital nº 35.592/2014, mencionado no Projeto básico Obras de Edificação - R04 - (43101548), subitem 19.2.4, e subitem 11.1.2.1 do Edital, com a seguinte redação:

“§ 2º Na fase de habilitação, o licitante indicará as entidades que subcontratará, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores.” (grifo nosso).

Em caso similar, a NOVACAP se posicionou na Concorrência 011/2020 – DECOMP/DA quanto a indicação da entidade preferencial para subcontratação compulsória quando da análise do recurso administrativo apresentado pela empresa COMBRASEN, vejamos:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Departamento de Compras

Divisão de Licitações e Contratos

Relatório SEI-GDF n.º 38/2021 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC Brasília-DF, 10 de março de 2021

Resposta ao Recurso Administrativo

CONSÓRCIO CG – COMBRASEN OBRAS DE INFRAESTUTURA - (formado pelas empresas: COMBRASEN – COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA e CG CONSTRUÇÕES LTDA).

(...)

Por todo o exposto, em sendo observado, após a reanálise dos documentos acostados pelas Licitantes, que as empresas não obedeceram ao edital quanto à apresentação da Declaração de Subcontratação Compulsória, **torna-se imperiosa a inabilitação dos Consórcios Viaduto EPIG, Eterc-Principal, SW e G2 DF.**

(...)

VI – DA CONCLUSÃO

Respalhando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, concluiu-se pelo recebimento do recurso administrativo da empresa **COMBRASEN COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES** condição de empresa pertencente ao Consócio CG para, no mérito, **DAR-LHE PROVIMENTO** determinando a inabilitação dos **Consórcio Viaduto EPIG** (formado pelas empresas: MRM Construtora Ltda e SHOX do Brasil Construções Ltda), **Consórcio Eterc-Principal** (formado pelas empresas: ETERC Engenharia Ltda e PRINCIPAL Construções Ltda) , **Consórcio Viaduto SW**(formado pelas empresas: Construtora LDN

Relatório 38 (57610351) SEI 00110-00002310/2019-01 / pg. 34

Ltda e AMC Engenharia e Construção Ltda) e **Consórcio G2 DF-011**(formado pelas empresas: Construtora ARTEC S/A e CENTRAL Engenharia e Construtora Ltda).

Ademais, a CPL, em revisão dos seus atos, decide, também, pela inabilitação do Consórcio Viaduto EPIG pela violação ao subitem 6.1.2, letra "F" do instrumento convocatório.

Diante do exposto, ficam desclassificadas todas as empresas/consórcios concorrentes no certame:

Considerando o exposto, tem que o assunto “indicação da entidade a ser subcontratada compulsoriamente” nos termos do decreto distrital 35.592/2014 tem sido recorrente em licitações no âmbito do GDF e já há entendimento consolidado na esfera distrital (NOVACAP, DER/DF, TCDF) bem como no próprio TCU, quanto a legalidade e pertinência da exigência, de que o licitante deve apresentar a indicação conforme disposto em lei e no edital.

Dessa forma, sendo legal e pertinente, tem como descumprido o edital pelo Consórcio MC, não podendo o mesmo ser considerado habilitado no certame.

2.2. DO NÃO ATENDIMENTO AO ITEM 12.3 DO EDITAL

Não foram apresentados pela COMSA os seguintes documentos (Item 12.3):

- Prova de Registro no SICAF
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa

2.3. DO NÃO ATENDIMENTO AO ITEM 12.10.4 DO EDITAL

Referente ao item 12.10.4.1 do edital, foi solicitado a apresentação da certidão de Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA. As duas consorciadas (Marquise e COMSA) apresentaram as certidões das empresas e de todos os profissionais responsáveis técnicos ou do quadro técnico, porém para a Construtora Marquise não foram apresentadas as certidões de dois profissionais: MARCIO FABIO PEREIRA SERRA e RICARDO BARBOSA NUNES.

Referente ao atendimento das exigências técnico-operacional e técnico-profissional a COMSA apresentou 4 atestados para atendimento do item 5 - “Execução de Tunnel Liner - 106,00 m”. O primeiro atestado, Estrada d'agua (Espanha) página 772 ou 971 do PDF, não é acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT), desta forma, não atenderia a exigência para a capacidade técnico-profissional, uma vez que, conforme item 12.10.4.3 é obrigatória a apresentação de CAT ou ART, conforme podemos ver abaixo:

12.10.4.3 Comprovação do Responsável Técnico da licitante ter executado, a qualquer tempo obras compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão (ões) e atestado (s), em nome do próprio RT, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo CREA/CAU, na forma do disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, com apresentação da(s) Certidões de Acervo Técnico - CAT's e indicação da(s) Anotações de Responsabilidade Técnicas – ART's e – emitidas pelo conselho de fiscalização de profissional, onde conste a execução de:

Assim, considerando o regramento claro e objetivo do Edital sobre a apresentação dos documentos para habilitação, faz-se necessária a revisão da habilitação do consorcio Recorrido, culminando com sua inabilitação por descumprimento dos itens de habilitação mencionados.

DO PEDIDO

Face ao exposto, requer a Vossa Senhoria que seja procedida a revisão da habilitação do Consórcio MC, de modo a considerá-lo inabilitado por não ter cumprido a determinação constante do item 8.7 do edital quanto a indicação da entidade a ser subcontratada compulsoriamente e dos itens 12.3 e 12.4.10;

Nestes termos,

Pede-se deferimento.

Brasília-DF, 13 de janeiro de 2022.


KPE PERFORMANCE EM ENGENHARIA S.A